

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Armando Parreira • 150\$ • Setembro/Outubro 98 Nº 35

EDITORIAL

Certo? certo...

Novas e mais exigentes missões estão a ser colocadas às FFAA. Ora, manda a lógica que a tal dinâmica correspondesse outra igual e paralela, visando o reforço de direitos, protecção social, incluindo a família, dignificação salarial, etc. Pelo que se vai ouvindo as coisas não só não se passam assim, como não parecem estar na agenda do curto prazo.

Cabe-nos pois tomar as medidas necessárias para que os nossos direitos não sejam subalternizados e relegados para os confins.

Estando tudo em aberto é, no entanto, notório que a questão da revisão do Art. 31º embrulha-se. As notícias vindas a público sobre a proposta governamental preocupam-nos. Enfim, um nevoeiro intenso formase em torno deste matéria. Tudo faremos para que a revisão do 31 não acabe numa fantochada.

A escolha da ANS para representar as Associações Ibéricas no Executivo da EURO MIL enche-nos de orgulho e responsabilidade. E, caso a EURO MIL aceite a entrada de uma organização ibérica no seu Executivo, neste caso, uma organização portuguesa, deveria também de encher de orgulho o governo e muito especialmente o MDN.

Só que a atitude deste último, nem às cartas enviadas responde, é desde já ilustrativa da provável tristeza que irá sentir (não havia necessidade...). Mas nisto, como em tudo na vida, as tristezas de uns, são as alegrias de outros. Certo? Certo! ●

O ASSOCIATIVISMO MILITAR NA EUROPA

Colóquio no dia 31 de Outubro, no Hotel Zurique, Lisboa, pelas 15 horas, promovido pela ANS, AOFA e ASMIR, com a presença de dirigentes da EUROMIL, para debate relacionado com o processo de revisão do Art. 31º da LDNFA.



LINHA VERDE

de apoio às famílias dos militares em missões fora do território nacional e em missões prolongadas com ausência do meio familiar - proposta da ANS

Pág. 8

Vencimentos nas FFAA UMA LÁSTIMA!

Pág. 3

Parabéns Saramago

A Direcção da ANS e "O Sargento" endereçam a José Saramago as maiores felicitações pela atribuição do Prémio Nobel da Literatura, distinção que muito honra Portugal, a sua cultura e o seu povo. Obrigado, José Saramago!



Os americanos e as armas do séc. XXI

Publica-se neste número de "O Sargento", na pág. 6, um artigo da autoria de Maurice Najman e traduzido do "Le Monde Diplomatique", ao qual fazemos a devida vénia. Não se trata de uma transcrição na íntegra, dada a falta de espaço.

É um artigo que nos obriga a pensar, não tanto porque tenhamos a consciência das potencialidades das novas tecnologias e da evolução científico-técnica, mas porque já não basta ter a consciência, é necessário tirar as devidas consequências, verificar os consequentes impactos e adoptar as necessárias medidas, tanto no plano político, como no plano do investimento em I&D, etc.

É um artigo que levanta interrogações sobre: — O que é hoje ser independente? O que fazer para adquirir um grau QB (se é que isto existe) de independência? Pode esta ser olhada com os mesmos olhos de há 20 anos?

Enfim, é um artigo que não nos pode levar a uma postura de aceitação passiva, mas antes nos deve (como cidadãos) mobilizar para a necessidade de medidas que reequilibrem os pratos da balança mundial.

O Director

ANS no 77º Presidium da EUROMIL

Teve lugar, no dia 21 de Setembro, na cidade de Viena de Áustria, mais um "Presidium" da EUROMIL, uma das duas reuniões plenárias que se realizam anualmente, com a presença do Comité Executivo e dos delegados das Associações que constituem aquela Organização Europeia das Associações de Militares.

A ANS, mais uma vez, esteve presente, na pessoa de um dos seus delegados, não só para se inteirar da evolução do movimento associativo europeu mas também para apresentar o seu relatório nacional e propor aos seus congéneres europeus as formas de colaboração desejáveis por parte destes, de apoio à consolidação do associativismo sócio-profissional militar em Portugal.

Em representação das associações nacionais esteve também presente um delegado da ASMIR (Associação dos Militares na Reserva e Reforma) e ainda pelo movimento associativo Espanhol, com o qual existe já firmado um convénio de cooperação luso-

ibérico, tendo estado presente um delegado do CIOFEE (Círculo dos Oficiais da Escala Especial).

Na abertura oficial dos trabalhos desta reunião semestral da EUROMIL esteve presente, para além do Presidente da Associação Austríaca — GÖD (Gewerkschaft Öffentlicher Dienst), no papel de organização anfitriã do Presidium, o Ministro da Defesa Federal da Áustria, que endereçou ao plenário uma mensagem de boas vindas e de encorajamento à prossecução dos objectivos do associativismo sócio-profissional dos militares como garante dum clima de plena in-

sobre matérias tão importantes como a "Saúde e o Bem-Estar", a "Convenção de Segurança do Pessoal das Nações Unidas e Pessoal Associado" e os "Horários de Trabalho". Foram igualmente apresentados relatórios sobre temas que têm vindo a ser abordados com alguma assiduidade e que têm a ver com o problema dos Controladores Aéreos Militares ao serviço do Eurocontrol e também da denominada "International Military Association" que foi criada em Geilenkirchen (GE) na Força NAWEF e que congrega os militares em serviço nessa Base da NATO, pertencentes a países com

já alcançados na grande maioria dos países europeus. Foi, igualmente, apresentado ao "Presidium" o texto do Convénio já assinado entre as Associações de Portugal e de Espanha, segundo o qual, para além do estreitamento de relações e troca de experiências, se acordou na nomeação de um delegado único, que em representação das Associações dos dois países, se candidatará no próximo ano a um lugar no Comité Executivo da EUROMIL, assegurando assim uma presença constante do associativismo militar de Portugal e Espanha naquele órgão executivo da organização.

Por deliberação já tomada pelas direcções das Associações, o delegado cuja candidatura se irá em breve formalizar, é um dos delegados da ANS para a EUROMIL, o nosso camarada Fernando Fontes.

No segundo dia do encontro teve lugar uma sessão de esclarecimento, na sede da OSCE — Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, sobre os objectivos e actividades desta Organização sediada em Viena. Os membros do Presidium da EUROMIL foram recebidos por responsáveis da OSCE e de seguida teve lugar uma sessão de esclarecimento a cargo de alguns diplomatas ao seu serviço.

Do debate que se seguiu ressaltou a ponderada possibilidade da EUROMIL passar a ter um tratamento de ONG (Organização não Governamental) perante a própria OSCE o que poderá permitir uma maior visibilidade da absoluta e imperiosa necessidade dos Estados membro respeitarem os membros das suas Forças Armadas, enquanto cidadãos de pleno direito perante o quadro das liberdades e direitos humanos em geral.

O próximo Presidium terá lugar em Budapeste, na Hungria, em Maio de 1999. ●

CUIDADO SENHOR MINISTRO

Não queremos aqui deixar de alertar o Senhor Ministro da Defesa Nacional, que já neste mês de Outubro se vai reunir com os seus congéneres da CE, em Viena, sob os auspícios do Ministro da Defesa Austríaco, no âmbito da presidência daquele recém admitido país no seio da Comunidade, para o facto de aquele responsável pela Defesa comungar de ideias, que eventualmente podem ser consideradas perigosas e aventureiristas no que diz respeito ao conceito de direitos aplicados aos militares, porquanto, na sua intervenção, na abertura oficial deste 77º Presidium da EUROMIL, referiu, por exemplo, que "...o exercício do direito de associação é um direito democrático..." e que "...as associações são essenciais para um bom desempenho das forças...", afirmações que deixam sem dúvida transparecer um posicionamento que nada se coaduna com os preceitos defendidos pelos nossos responsáveis pela Defesa, facto que poderá, julgamos nós, afectar o total entendimento entre as partes, ou de certo modo influenciar, pela negativa, o conceito "nacional" de que o associativismo é um perigo para a disciplina e coesão das Forças Armadas.

Cuidado, pois, Senhor Ministro com as "más" influências do Senhor Ministro da Defesa da Áustria! ●

tegração dos objectivos estratégicos e operacionais das Forças Armadas e o respeito pelos direitos dos cidadãos em uniforme que as corporizam.

Durante a sessão de trabalho, que se prolongou por todo o dia, foram apresentados relatórios do Presidente, Vice-presidente, Secretário-geral e do colectivo do Comité Executivo, bem assim como dos diversos Comités existentes que se debruçam

representação na EUROMIL.

No período reservado à apresentação dos relatórios nacionais a ANS teve a oportunidade, perante a assembleia presente, representativa da grande maioria dos membros da EUROMIL, de fazer o ponto da situação sobre o processo de alteração do Artº 31º da LDNFA, dos seus avanços e recuos e da sua firme determinação de atingir, em Portugal, os objectivos

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA ANS

Apelo

Camarada, apesar da luta pelo reconhecimento da nossa Associação já estar numa fase avançada, não deves delegar nos seus dirigentes essa tarefa que também é tua, como também não será suficientemente forte para conseguir aqueles objectivos se não conseguirmos de ti alguma participação.

Esta participação pode ser dada por variadíssimas formas, das quais podemos destacar:

- ▷ divulgando as nossas iniciativas;
- ▷ facilitando contactos de forma que a ANS chegue até ao local onde estás;
- ▷ escrevendo artigos para o nosso jornal;
- ▷ angariando novos sócios.

Não podemos esquecer, também, a componente financeira para a qual podes contribuir actualizando o pagamento das quotas em atraso (os valores actuais são: 2.700\$00 - semestral; 5.400\$00 - anual), pois continuamos com dificuldades na cobrança directa, facilitando o seu pagamento através de conta bancária (impresso para declaração de desconto bancário na pág. 7 deste jornal).

Para todas as tuas interrogações e dúvidas a nossa disponibilidade é permanente. Teremos todo o prazer em que nos contactes, contribuindo com esse teu gesto para o engrandecimento da NOSSA ANS.

Contacta-nos!

O número de fax é: (1) 815 49 58, e o do telefone: (1) 815 49 66.

O SARGENTO

Propriedade: Associação Nacional de Sargentos

Administração e Redacção: Rua Barão de Sabrosa, 91 - 1.º Esq. 1900 Lisboa
Telf. 815 49 66 - Fax: 815 49 58

Produção, Apoio redactorial, Grafismo e Paginação: António Amaral
Telf/Fax: 273 19 91

Fotólito e Impressão: Selecção Gráfica, Lda

Periodicidade: Bimestral

Tiragem: 3 000 ex.

Depósito Legal: 48582/91

Registo na DGCS: 115109

2º Encontro de Associações de Militares de Portugal e Espanha

Decorreu em Sevilha, no dia 19 de Setembro, o 2º Encontro de Associações de Militares de Portugal e Espanha. O 1º Encontro, recorde-se, realizou-se em Évora, no dia 20 do Junho do corrente ano.

Neste Encontro estiveram presentes, pela parte portuguesa, a ANS, a ASMIR e a AOFA e, pela parte espanhola, a AMARTE e a CIOFEE.

Este Encontro teve como principais objectivos obter um acordo de cooperação entre as associações de militares da Península Ibérica e da sua representação no Comité Executivo da EUROMIL.

As associações manifestaram-se preocupadas com as excessivas restrições não constitucionais impostas aos direitos de cidadania dos militares de Espanha e Portugal, as quais não têm em conta as recomendações do Parlamento Europeu (declaração PETER, em 1984) e do Conselho da Europa (Resolução 903, de 1988), as quais apontam para que os Estados membros reconheçam o direito de os militares criarem associações sócio-



Membros das delegações das associações dos países ibéricos em Évora

profissionais "para defesa dos seus interesses sociais" e [eles, Estados] "a desempenharem com elas um papel activo".

As associações presentes em Sevilha elegeram para as representar no Comité Executivo da EUROMIL, um membro da Associação Nacional de Sargentos, o nosso camarada Fernan-

do Fontes, por um período de dois anos e num regime de alternância entre os dois países.

As associações decidiram, ainda, cooperar para o prestígio das instituições militares espanholas e portuguesas, assim como, para a afirmação e desenvolvimento do associativismo militar em Portugal e Espanha. ●

Vencimentos nas FFAA: UMA LÁSTIMA!

A tabela apresentada ao lado quase dispensa palavras. É claro que só se deve comparar aquilo que é comparável, mas também é claro que perante tão grande discrepância entre quadros especiais não se resiste a retirar algumas ilações. Nós, os militares, continuamos com a fama de auferir grandes vencimentos e demais alcavalas: uns comem os figos e aos outros rebenta-lhes a boca.

Se tomarmos como factor de comparação só o índice 100 podemos constatar que de todos os quadros especiais da Função Pública os militares das FFAA foram os que menos evoluíram. Mesmo em relação aos militares da GNR e aos agentes da PSP e da Guarda Prisional o índice 100 foi desvalorizado de três escudos em 1997.

Contudo, a desvalorização do vencimento dos militares das FFAA não se deu apenas por via da menor evolução do índice 100, deu-se também por via dos restantes factores que compõem o vencimento de um indivíduo pertencente a qualquer quadro da Função Pública. Deu-se também por via dos subsídios e suplementos e de outras regalias — veja-se o acréscimo de dias de férias quando gozadas no período do inverno só para citar um exemplo público.

Também quanto ao suplemento da condição militar, os militares das FFAA percebem 10% enquanto os da GNR percebem 14,5%. E no posto de 1SAR os militares da GNR têm uma escala indiciária mais favorável do que os seus homólogos das FFAA.

Dos quadros especiais da área da Segurança Nacional (e não só, veja-se o caso do pessoal do corpo diplomático, das finanças e agora até os inspectores da Inspeção Geral das FFAA, como se o inspecionar quartéis constituísse factor de risco) só os militares das FFAA não vencem subsídio de risco.

Se a este conjunto de factores negativos juntarmos todo um conjunto de regalias que os elementos da FFAA perderam desde do início da década de 80 e o facto de terem de pagar o seu fardamento com pequenas bonificações quando adquiridas dentro dos mal calculados prazos de validade, no mesmo período em que outros quadros adquiram regalias não concedidas aos militares das FFAA, desenha-se um quadro de profunda degradação do vencimento em todas as suas componentes.

Recentemente, na sequência da intervenção pronta e eficaz das FFAA no conflito da Guiné-Bissau, e já antes após a nossa participação nas cheias que assolaram o Alentejo, o Primeiro Ministro reconheceu publicamente o mérito e a importância das FFAA no com-

bate às calamidades e na intervenção em missões internacionais de paz. No entanto, tal reconhecimento não se reflecte nos vencimentos. E, o que é por demais importante, no reconhecimento das associações de militares como parceiros idóneos e como interlocutores válidos nas condições materiais e direitos sociais dos militares tais como o alojamento, assistência familiar (inexistente) e outros.

A postura do actual MDN constitui, neste aspecto, um recuo inesperado e injustificado em relação ao seu antecessor: pura e simplesmente suspendeu os mecanismos de diálogo formal e informal então existentes. Não é com tal postura que se consegue prestigiar, dignificar e valorizar a importância dos cidadãos militares. Tal postura só consegue alimentar todos os medos, preconceitos e outros venenos que têm destruído a imagem e o estatuto social dos militares. Tal postura desrespeita um compromisso do governo quando tomou como medida intercalar a publicação do DL 279/97 que equiparou os 1SAR do Exército e da FA aos seus camaradas da Marinha. Porém, como ficou demonstrado e reconhecido, na altura, que esta medida não resolvia o problema do Sistema Retributivo; a solução definitiva implicaria a revisão do sistema a curto prazo para eliminar as restantes injustiças e discrepâncias conhecidas. A falta de diálogo não augura nada de bom e os CEM não têm meios legais para exigirem a reposição da justiça — a justificá-lo estão os despachos dos CEM às exposições

dos 2SAR a reclamarem um estatuto semelhante ao dos 1SAR dos três ramos e, ainda, a falta de resposta aos problemas colocados pelos SAR RC, remetendo os problemas para quem tem de facto meios e poderes para os resolver: o MDN.

Aproxima-se o momento da aprovação do orçamento de Estado e, conseqüentemente, de se tomarem as decisões

acerca dos vencimentos dos militares. Seria um bom indicio de reconhecimento da utilidade e importância dos cidadãos militares se fosse reposta a igualdade do índice 100 e do suplemento da condição militar em relação ao quadro especial dos militares da GNR e se este índice sofresse um aumento que o recuperasse em relação aos restantes quadros especiais.

Continuamos disponíveis para dialogar e ajudar a encontrar as melhores soluções. Sem diálogo e persistindo neste quadro de degradação é difícil manter um clima de estabilidade e elevados índices de desempenho tão necessários à coesão e operacionalidade, e alcançar o objectivo da modernização e da profissionalização das FFAA. ●

REGIMES ESPECÍFICOS										
Evolução dos valores de índice 100 da Função Pública										
Carreiras / Corpos especiais	1990	1991	1992	1993	1994	1994	1995	1996	1997	1998
	Desde 1/10/89	1/1/91	1/1/92	1/1/93	1/1/94	1/10/94	1/1/95	1/1/96	1/1/97	1/1/98
Carreiras de reg. geral + reg. especiais	35392	40200	43416	45587	46950	47420	49317	52252	53820	55300
Dirigentes	290000	329200	355536	504000	519060	524251	545221	568394	585446	601546
Diplomatas	134500	152700	164916	173162	178337	180120	187325	195288	201147	206679
Inspeção de alto nível	185000	210000	226800	238140	245256	247709	257617	268567	276624	284231
Doc.Univ.+Polit.+Invest.	141000	160100	172908	181553	186978	188848	196402	204750	219329	225361
Doc.Pré-esc.+Bás./Sec.	93800	106500	115020	120771	124380	125624	130649	136202	142575	146496
Mag.Jud. + Min. Pub.	198000	224800	327780	344169	354454	357999	372318	388143	399788	410782
Médicos	225000	255400	275832	289624	298279	301262	313312	326629	336428	345680
Enfermagem	93800	106500	115020	120771	124380	125624	130649	136202	140288	144146
Diag. e Terapeutica	93800	106500	115020	120771	124380	125624	130649	136202	140288	144146
PJ Criminal	87000	98745	106704	112039	115387	116541	121203	126355	130146	133725
PJ Apoio à Investigação	70000	79450	85860	90153	92487	93412	97149	101673	104724	107604
Pessoal Técnico do SIS	75000	85200	92016	96617	99505	100500	104520	108965	112234	115320
Técnicos Sup. de saúde	-	161000	173880	182574	188030	189910	197507	205903	212080	218912
Militares das FFAA	63800	72500	78300	82215	84672	85519	88940	92720	95502	98128
GNR, PSP e G. Prisional	63800	72500	78300	82215	84672	85519	88940	92720	95505	98131
Pes. Inv. e Fiscal. do SEF	87000	98745	106704	112039	115387	116541	121203	126355	130146	133725

Comissão de Defesa Nacional recebeu ANS

Dando sequência a um pedido da ANS, a Comissão de Defesa Nacional recebeu em audiência esta associação, no dia 8 de Outubro.

A ANS começou por justificar este pedido de audiência com a mediática apresentação aos órgãos de comunicação social da proposta governamental de alteração ao Art. 31º da Lei de Defesa Nacional, feita em 20 de Agosto último pelo Ministro Veiga Simão, a qual foi noticiada como se de uma revolução, no que à concessão de direitos aos militares, se tratasse.

Na oportunidade, a ANS desmistificou tais notícias afirmando que tal proposta era inaceitável porque objectivamente nada alterava, e que mais não visava do que criar uma "cortina de fumo" na tentativa de deslocar o centro da discussão, que vem ocorrendo há alguns anos, em torno da legitimação do associativismo sócio-profissional (nº 6

do art. 31º da LDNFA), para o nº 9 do referido artigo.

Referiu a ANS que, em virtude da sensibilidade que se reveste esta matéria, ser necessário a todas as partes envolvidas (Assembleia da República, Governo, Partidos Políticos, Chefias Militares e Associações de Militares) que usem nesta discussão da máxima responsabilidade e seriedade por forma a evitar toda e qualquer tendência para a radicalização, que a ninguém serve e muito menos à instituição militar, que todos temos obrigação de defender.

Referiu, ainda, a ANS que os adversários do desenvolvimento associativo não conseguem sustentar as suas posições em argumentos substanciais e em factos concretos, fazendo-o em suposições irrealistas tentando colocar as questões no oitocentos, já que o oitenta a vida, nestes últimos nove anos, se encarregou de desmentir. Procuram estes mes-

mos adversários inviabilizar a todo o custo o decurso natural do desenvolvimento associativo, mantendo um estado de total ambiguidade que leve as associações à frustração e ao desespero, na vã tentativa que estas venham por tais razões a cometer erros de que se possam vir, então, a aproveitar. Isto é, *fazem hoje o mal para que amanhã possam fazer a caramunha.*

Por outro lado, o Presidente da Comissão, eng. Eduardo Pereira, informou que em sede do Conselho Superior de Defesa Nacional, as propostas em análise apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP e pelo Governo, não mereceram consenso, pelo que foram remetidas aos seus subscritores e que até à data a proposta do Governo ainda não tinha dado entrada na Assembleia. Em virtude desta situação não era possível qualquer discussão antes de fins de Novembro, princípios de Dezembro. ●

ASSOCIATIVISMO MILITAR

Hora da decisão

Em Outubro⁽¹⁾, a Assembleia da República irá discutir os direitos dos militares no enquadramento do art. 31º da Lei de Defesa Nacional, nos quais se integra o do associativismo sócio-profissional ou representativo. Este tem sido, aliás, o constante anseio da Associação Nacional de Sargentos (ANS), da Associação dos Oficiais das Forças Armadas (AOFA) e da Associação dos Militares na Reserva (ASMIR), bem evidenciado nos muitos colóquios que há mais de cinco anos têm vindo a realizar.

De significativo realce é a posição do provedor de Justiça, expressa no colóquio de 25 de Novembro de 1997, ao assegurar que a Constituição não estabelece uma cláusula geral de restrição dos direitos dos militares, antes indica taxativamente os direitos que apenas podem ser objecto de restrições, tal como decorre dos seus arts. 270º e 18º.

O direito ao associativismo sócio-profissional é mesmo defendido pela Euromil, que congrega 18 organismos representativos de militares de 14 países europeus incluindo a generalidade dos da UE, e tem funções representativas ou consultivas em organismos como a NATO, a UEO, a CSCE, o Parlamento Europeu e o Conselho da Europa. É importante que Portugal não fique, neste caso, na cauda da Europa.

O associativismo sócio-profissional não é sindicalismo. Demonstra-o a Lei 6/90 que adoptou relativamente à PSP aquela modalidade por contraposição precisamente a duas posições que então se debatiam: por um lado, o sindicalismo; por outro, o associativismo deontológico. Os partidos políticos com assento parlamentar devem estar bem recordados dos projectos então em discussão. É certo que as Forças Armadas (FA) não

se confundem com as Forças de Segurança, como a PSP (embora anteriormente tal identificação tivesse sido feita com outros objectivos). Contudo, a insubsistência das razões que na altura foram apresentadas para negar este direito aos agentes policiais também agora se aplica integralmente às FA, a saber: quebra do comando uno; desrespeito à hierarquia; perigo de porte de armas de guerra; atropelo às ordens; indisciplina e greve.

A realidade demonstrou que estes receios não tinham razão de ser dado o conjunto de restrições que foi imposto ao exercício do direito associativo, sem todavia o descaracterizar. Não consta, por outro lado, que as FA dos países europeus incluindo os da UE sejam menos eficazes que as nossas apenas por fruírem do direito associativo. O presidente a Euromil, sargento-mor Jens Rotboll, quando interrogado sobre o envio de tropas para a ex-Jugoslávia, referiu que a Euromil tinha de respeitar essa decisão político-militar; e que a sua preocupação como organismo representativo apenas recaía sobre as condições materiais e direitos sociais dos militares tais como o alojamento, a assistência familiar e outros, mas nunca sobre a forma de se fazer a guerra ou a actuação das FA.

Um organismo profissional não é coeso só pelo facto de existir. Para que haja coesão exige-se a infusão de um permanente estado de adesão dos seus elementos aos objectivos desse organismo. Isto é óbvio tratando-se de corpos fortemente hierarquizados como as FA, onde a ordem e a disciplina não se discutem. É preciso que estes elementos se sintam inseridos na organização de corpo e alma, e não apenas de corpo. Tal implica que os sujeitos tenham a noção do seu estatuto através da apreciação crítica quanto à forma e

condições de trabalho e da vivência social e profissional. A coesão não se impõe, tem de ser sentida e vivida. Essa é a verdadeira essência e a razão de ser de uma associação representativa como forma mais elevada de consciência gregária e profissional. Se assim não for, corre-se o risco de choques e atritos — ou seja, de fracturas no relacionamento funcional e, o que é mais grave, na própria produtividade da instituição. Esta é uma realidade sociológica até hoje não desmentida.

O associativismo representativo é um direito constitucional na nossa democracia. Não podendo ser proibido, pode porém ser restringido no seu exercício sem ser descaracterizado. Nada há a temer da institucionalização do associativismo militar e mal vai a democracia quando aos militares se possa atribuir a negação de direitos democráticos. A sua não aceitação contrária, além do mais, o programa do actual Governo consti-

tucional, que assegura “um diálogo institucionalizado com os militares, sempre que estejam envolvidas questões de foro profissional”. E o diálogo... faz-se com as associações representativas.

A Carta Social Europeia, ratificada pelo decreto 38/91, reconhece o direito geral ao associativismo, admitindo restrições. As resoluções do Parlamento Europeu de 1984 e da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa de 1988 apelam aos Estados-membros para reconhecerem aos militares este direito ao associativismo profissional em tempo de paz.

Só temos a ganhar com militares como cidadãos de corpo inteiro ao nível nacional e europeu. ●

António Bernardo Colaço

Representante permanente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público junto da ANS, da AOFA e da Asmir (artigo publicado no “Expresso”, em 26/09/98)

Carta ao Primeiro Ministro

A ANS enviou ao 1º Ministro, eng. António Guterres, no passado dia 7 de Agosto, a carta que a seguir se divulga.

Exmo. Senhor Primeiro Ministro
Antes de tudo queríamos salientar a consciência que temos da excepcionalidade desta nossa iniciativa de nos dirigirmos directamente a V.Ex.

Recorremos à sua pessoa, senhor Primeiro Ministro, e à figura de Estado que tão elevadamente desempenha, não numa última mas sim numa particular instância, convictos que a situação actual dos militares em geral e dos Sargentos das Forças Armadas, em particular, que largamente representamos, assim o justifica.

Temos a consciência tranquila quanto ao facto de, por diversas vezes, termos envidado todos os esforços para que este contacto fosse possível com S.Ex. o senhor Ministro da Defesa nacional, a quem competia ouvir estas palavras, e a quem repetidamente temos solicitado a concessão duma simples audiência, na perspectiva de podermos, de viva voz, apresentar os nossos problemas, os nossos anseios e a nossa disponibilidade. Sabemos que iguais esforços têm sido desenvolvidos pela AOFA — Associação de Oficiais das Forças Armadas — que igualmente representa militares no activo, e que a única resposta tem sido o silêncio puro e simples.

Estranhámos, sinceramente, este tipo de comportamento, uma vez que em anteriores ocasiões já foi possível estabelecer este contacto, e com resultados positivos e custa-nos a aceitar que a aplicação, na prática, do programa do Governo, varie tão radicalmente com a mudança do responsável pela tutela. No entanto, admitimos, como medida estratégica pontual, uma qualquer indisponibilidade transitória para este tipo de contactos, mas seria, no mínimo, lógico e desejável, no plano das relações institucionais e responsáveis que qualquer órgão do Governo deve manter com os seus interlocutores, sejam eles do seu agrado ou não, desde que correctos e consentâneos com as regras da sã convivência democrática, que uma resposta houvesse, mesmo que negativa. Mesmo assim, teríamos, no mínimo, direito a uma resposta, que é aquilo que se espera quando algo se solicita.

Desconhecemos qual a intenção do senhor Ministro quando privilegia o silêncio ao diálogo, deixando que os problemas caminhem para res-



(1) Entretanto adiado. Ler notícia na pág.3.

oluções unilaterais por via duma consulta unidireccional a quem, embora tendo todo o direito de intervir, não tem o exclusivo da representatividade dos anseios dos militares.

Temos, por outro lado, certezas suficientes quanto à nossa determinação de explorarmos todas as vias legais que conduzam à satisfação daquilo que acreditamos ser possível — a institucionalização do associativismo militar sócio-profissional e a plena integração do cidadão fardado no edifício legal da sociedade civil portuguesa e europeia.

Na realidade, os últimos acontecimentos envolvendo a tão esperada alteração do Art. 31º da LDNFA, consubstanciados na apresentação duma proposta de alteração do referido artigo, por parte do senhor Ministro da Defesa Nacional, perante o Conselho de Ministros do passado dia 20 de Agosto, a que VEx. por acaso não presidiu, levam-nos a assumir uma posição de justificada apreensão perante a constatação do facto de o diploma ora proposto se reduzir a um engenhoso jogo de palavras, e mesmo essas, algumas, de significado indefinido, com vista a manter os militares na efectividade de serviço numa condição de menoridade cívica, que os coloca num plano injustificadamente

desequilibrado, no que respeita aos mais elementares direitos de cidadania, em tempo de paz, face ao cidadão comum.

É, com efeito, com alguma surpresa e não menor desapontamento que continuamos a sentir um estranho pudor em relação aos direitos dos militares, direitos esses que, por se enquadrarem apenas numa perspectiva sócio-profissional e cívica, jamais poderão ser considerados como ameaças ou obstáculos à vertente operacional, pelo que quaisquer reticências, quer da parte das chefias quer da parte do próprio poder político, se devem certamente a um receio injustificado de perda de poder e quebra da disciplina, que só a falta de diálogo e se sã convivência de estruturas que se querem complementares, pode de todo justificar.

Pela nossa parte, senhor Primeiro Ministro, temos como certo o futuro porque ele já existe. E o caminho imparável para a nossa plena integração no tecido social europeu que todos ansiamos, passa também por esta importante mudança de mentalidades que já tornou possível em muitos países da Comunidade Europeia (e pelo menos num caso — a Holanda - há já um século, a comemorar no próximo mês de Ou-

tubro) a total assumpção dos seus militares como homens e mulheres de pleno direito, que apenas se distinguem do comum dos cidadãos, pelo facto de assumirem perante a nação e eles próprios a árdua mas nobre missão da defesa da Pátria.

É certo, senhor Primeiro Ministro, que nos sentimos cansados, por vezes, frustrados, tantas outras, por termos a consciência de não sermos compreendidos na lisura da nossa vontade, da nossa motivação e dos nossos gestos, que se querem sempre honestos, dignos e frontais, mas tenha Vossa Excelência a certeza que exaustos, nunca! Porque diariamente nos alimentamos da convicção absoluta da razão que nos assiste e da certeza que amanhã seremos melhores ainda, depois de alcançarmos os objectivos ora propostos.

Permita pois, senhor Primeiro Ministro, que lhe deixemos aqui expresso o quanto acreditamos na eficácia dum verdadeiro diálogo e o quanto apreciaríamos a disponibilidade de VEx. para uma breve exposição da nossa razão e dos nossos objectivos, pelo que, dada a já iniciada calendarização do processo de apresentação da, ou das propostas de alteração ao Art. 31º da LDNFA, muito respeitosamente solicitamos a

VEx., nos seja concedida uma audiência, com a brevidade possível para os efeitos atrás propostos.

Considere, senhor Primeiro Ministro, esta nossa atitude como a mais elevada prova de respeito e alta consideração, que aqui deixamos expresso.

Respeitosamente,
O presidente da Direcção ●

Ofício do Gabinete do Primeiro Ministro

A ANS recebeu, em 24 de Setembro, do Gabinete do Primeiro Ministro, o seguinte ofício:

"Na presença da carta de VEx, cuja recepção se acusa e agradece, cumpre-me informar que, dada a natureza dos problemas nela focados, deve ser ponderada a oportunidade de realização de uma audiência prévia no Ministério da Defesa Nacional, por serem da respectiva área de responsabilidade e competência os assuntos em apreço. Assim, procedemos ao envio da referida carta de VEx ao Gabinete do Senhor Ministro da Defesa Nacional, para que seja ponderada a concessão da sobredita audiência.

Com os melhores cumprimentos,
O Chefe de Gabinete" ●

ANVERSO: Art. 31º da LDNFA REVERSO: Medo e Preconceito

Tal como a ANS tinha proposto, este ano de 98 decorreu com intensa discussão sobre o Artº 31 d a LDNFA. Discussão na Assembleia da República, nos quartéis, na sociedade através dos colóquios públicos que se realizaram em Lisboa, Porto e Viseu, e nos órgãos de comunicação social com alguns artigos de opinião sobre o assunto.

De toda esta polémica ressaltam algumas questões que importa aprofundar:

□ **Primeiro:** como se pode justificar que havendo desde 1982 um painel tão vasto de personalidades, deputados e juristas, conscientes de que aquele artigo restringe os direitos de cidadania a os cidadãos militares para além do que é razoável e necessário em tempo de paz, ainda persistam tantos entraves, tabus e preconceitos nos detentores do poder de procederem à sua revisão, nomeadamente no partido maioritário em cujo programa eleitoral e governativo consta essa intenção?

□ **Segundo:** como é possível que os chefes militares, nomeadamente os CEM, mantenham os medos que os impedem de perceberem que também eles são cidadãos militares com os seus direitos reduzidos, menorizando-os civicamente e remetendo-os, também, para uma situação de indignidade, e os impedem de estarem no mesmo lado da barricada, juntos com os seus exércitos e não de costas viradas para estes?

□ **Terceiro:** como é possível, nove anos depois de uma prática associativa — veja-se as ANS, ASMIR e AOFA — consciente, digna e dignificadora, que têm manifesta e reconhecidamente, contribuído para a resolução de problemas importantes, no estabelecimento de vias de diálogo e para a promoção da discussão de problemas sócio-profissionais para reabilitar a imagem do militar e da profissão militar, como é possível, dizíamos, persistirem argu-

mentos tão primários, injustos e injustificados como: — "...depois os chefes davam uma ordem para avançar e os sindicatos para recuar..."; "...e depois como se defendia o país com os militares em greve?"; "...ainda é cedo! Os militares ainda não demonstraram que são capazes de viver em democracia e respeitar as suas regras!"; "Direitos? Que direitos? Quando optaram pela carreira militar já sabiam quais eram as regras! O RDM tem tudo previsto... aliás é a melhor lei que o país tem! Direitos?..."; etc., etc. Como é possível...??

Vamos aos mais amedrontadores dos argumentos: a greve e o partidarismo nas FFAA que, no fundo no fundo, estão por trás da maioria das resistências à alteração deste artigo.

Quanto á greve, recordemos que toda a vida se fizeram levantamentos de rancho, recusa às licenças, permanência nas unidades até ao pôr-do-sol e muitas outras formas de luta, e, no entanto, nunca existiram sindicatos, nem associações sócio-profissionais, nem outras. Portanto esta questão da greve nas FFAA só abusivamente pode ser associada a esses organismos de defesa dos interesses dos profissionais e dos cidadãos militares. Todavia outro aspecto sobressai do conjunto de formas de luta que os militares adoptam desde que existem exércitos: **as formas de luta dos militares — exceptuando situações muito extremas de injustiça e de ausência de diálogo — nunca prejudicaram o desempenho nem a operacionalidade das unidades onde ocorreram, nem nunca puseram em causa a cadeia hierárquica nem contradisseram as ordens dos comandantes!!** E nem podia — nem poderá — ser de outro modo. As FFAA dão significado à opção de toda uma vida, de toda uma carreira e ao juramento efectuado perante a bandeira nacional de

defender o país e a Constituição com o sacrifício da própria vida. Colocar as FFAA em situações de indignidade e de humilhação são indignidades e humilhações que recaem sobre os militares. Colocar em perigo o cumprimento das missões das FFAA é anular o sentido de toda uma vida dedicada ao país. Por isso as lutas dos militares, por formação e cultura, não subvertem a ordem militar, não ocorrem enquanto há diálogo e possibilidades de resolução dos problemas que as provocam, não colocam em perigo a segurança do país nem a operacionalidade nem a imagem das FFAA. E os CEM deviam saber isto. As associações vêm dotar as FFAA com mecanismos de diálogo entre os militares e o poder político ocupando o espaço que foi retirado aos chefes militares quando lhes retiraram os meios para o exercício eficaz do dever de tutela.

Quanto ao partidarismo nas FFAA seria bom que os políticos que têm manifestado esta preocupação fizessem uma introspecção e analisassem os esforços que os seus próprios partidos têm feito nesse sentido — e no contrário. Não se vai aqui enunciar os muitos casos em que tal tem ocorrido. De forma clara, como no caso da candidatura do General Soares Carneiro, até outras mais obscuras e ou subtis.

As mesmas razões aduzidas para a questão da greve são válidas para a do partidarismo. A cultura e a formação militares têm criado uma grande imunidade à partidarização dos militares e da vida nos quartéis, não obstante os esforços e as pressões que todos e cada um de nós poderá, se quiser, testemunhar. Ponham a mão na consciência e retirem este argumento... por favor.

Por tudo isto, Ex.mo Sr General CE MGFA, não só o seu argumento não colhe, como, se o único problema é esse, então estamos de acordo: as associações

dos militares nunca poderão, em qualquer hipótese, contestar, prejudicar ou contrariar uma ordem militar de um chefe.

O caminho que, inevitavelmente, teremos de percorrer para a implantação de associações de carácter sócio-profissional será longo e penoso. Terá de ser construído passo a passo, sem preconceitos nem medos, num clima de diálogo e de cooperação. O associativismo, mais cedo que tarde, será uma realidade com ou sem o parecer favorável dos CEM. É bom para as FFAA que tenha o seu contributo. Revelaria coragem, espírito inovador e empreendedor. Queremos contar convosco nesta luta pela dignidade e no respeito pela carta dos direitos do homem.

Partimos para esta caminhada há muitos anos, sem ideias preconcebidas, nem modelos importados. O associativismo que ora existe é fruto dos ensinamentos da vida e das soluções que se revelaram mais ajustadas. A sua evolução futura continuará a ter o modelo que a sua própria construção impuser e, se assim o entenderdes, terá também o vosso contributo. Sabemos que na Europa há muitos modelos de associativismo e muitos países onde ele ainda não é sequer aspiração. Que há países, como a Turquia, onde ainda existem os castigos corporais em formatura, e outros, como a Alemanha — do pelotão da frente a todos os níveis; também em operacionalidade e profissionalismo —, onde a existência de sindicatos é uma realidade antiga. Em Portugal será na medida em que fordes capazes de admitir que não há incompatibilidade entre a função militar e o exercício dos direitos de cidadania.

É um desafio que venceremos! Não queiram excluir-se deste processo. ●

Alfredo Correia
SCH TEA Rf da ARMADA

Os Americanos preparam as armas do século XXI

Uma plataforma espacial composta por um drone que lança sistemas de armas, um avião hipersónico de ataque, mísseis de cruzeiro e carros destinados a enviar ou a restaurar satélites, ou seja, intervir contra as bases inimigas no espaço... Ciência ou ficção? Não! Este projecto faz parte do programa de armamento dos Estados Unidos.

A sua finalidade é: permanecer a única superpotência e poder levar a cabo, sem baixas, dois conflitos simultâneos comparáveis à guerra do Golfo. Para isso, necessita de se preparar para guerras nas quais o soldado se confundirá com o civil, o motim com a insurreição.

A ordem mundial baseada no confronto das duas superpotências, detentoras da arma atómica, já não existe. A utopia duma "nova ordem mundial" transformou-se em pesadelo. A desordem reina por todo o lado. A guerra parece retomar os seus direitos.

As sangrentas subidas da "febre" étnica, religiosa ou nacionalista juntam-se agora ameaças de um novo tipo: o crescimento de zonas "cinzentas" onde o direito internacional (bem como o dos Estados) deixou de ter valor; o reforço da cooperação entre organizações criminosas transnacionais (mafias da droga, criminalidade financeira...); o terrorismo nuclear, ameaças biológicas e químicas, etc.

Os militares vêm-se confrontados com "um facto novo e ainda de maior importância: a subida crescente da incerteza", escreve M. Paul-Yvan de Saint-Germain, director do centro de pesquisas e estudos sobre as estratégias e as tecnologias (CREST). Em primeiro lugar, incerteza técnica, de tal modo é difícil discernir as implicações, a médio e a longo prazo, da explosão das tecnologias de informação e da "emergência duma infoesfera", donde advém, sublinha M. de Saint-Germain, uma incerteza suplementar — essas tecnologias de informação serão "comandadas por contrato civil". Em segundo lugar, a incerteza geopolítica. Os conflitos tradicionais entre Estados são substituídos por conflitos dentro dos Estados: a ex-URSS balkaniza-se, a ex-Jugoslávia fragmenta-se, o Ruanda, o Burundi, o Afeganistão, a Somália, a Libéria, implodem. Na América Latina ou na Ásia, as antigas zonas de guerra tornaram-se bastiões de tráficos variados. Os exércitos privados multiplicam-se, muitas vezes tão poderosamente organizados e equipados quanto os exércitos oficiais. A mobilidade transnacional instantânea dos fluxos de capitais e da informação coloca delicados problemas de segurança.

A guerra da informação penetra na economia e na cultura e os canais informáticos são diariamente atacados pelos "piratas" ao serviço das grandes empresas ou Estados. A ameaça dum Pearl Harbour electrónico é levada a sério pela Casa Branca e pelo Pentágono. (...).

Face a estes perigos, as doutrinas fabricadas pelos conflitos recentes perdem, no essencial, a sua validade. Hoje, o que conta, acima de tudo, é neutralizar o adversário, tornando-o surdo e cego. Trata-se, acima de tudo, de dominar as situações e não acabar com os conflitos através das armas. A guerra ganha-se antes mesmo de se lançar o primeiro míssil. A guerra clássica, a que mata porque põe, de facto, o adversário frente a frente, ainda não está eliminada. (...).

Afastar o homem do campo de batalha

Após a queda do muro de Berlim e o



regresso a casa dos soldados que participaram na operação "Tempestade no deserto", os universitários, os laboratórios, os intelectuais "orgânicos" do Pentágono, dedicaram-se ao trabalho. Assim sendo, os Estados-Maiores vêm fazendo uma revolução nos assuntos militares. O termo revolução não é excessivo: de facto, trata-se de uma reelaboração global, que começa a materializar-se em novos conceitos estratégicos e operacionais, em organizações e programas de pesquisa e desenvolvimento muito concretos (novas armas, novas tecnologias de comunicações, etc.) e já em fase de experimentação. Assim, cada ramo das forças armadas adopta o conceito à sua especificidade: Força XXI para o Exército, Nueva Vista para a Força Aérea e See Dragon para a Marinha, etc.

Neste contexto é a própria noção de vitória que muda: o objectivo não é tanto pôr o adversário "de joelhos" no fim de um confronto, mas "antecipar-se", "precedê-lo", ou seja, conhecer previamente as suas intenções e capacidades. A revolução tecnológica e militar permite, devido ao progresso incrível da miniaturização dos equipamentos electrónicos que são cada vez mais "inteligentes", adequar os fins e os meios.

Daí que as características das forças armadas futuras sejam, tal como se desprende dos documentos oficiais americanos e também de certos escritos franceses, como por exemplo no estudo realizado pelo general Alain Baer: "Omnipresença da informação, necessidades cada vez maiores em matéria de mobilidade e de projecção rápida das forças, versatilidade e flexibilidade na estrutura dos equipamentos e sistema de armas, articulação, agilidade e adaptabilidade das unidades, interoperacionalidade cada vez maior de todas as forças terrestres, aéreas e marítimas, a nova importância da 'batalha da informação' e do 'enredo mediático', ajustamento das decisões e das acções políticas, diplomáticas e militares, omnipresença da dissimulação..."

Para tal conseguir, os estados-maiores trabalham na preparação de novos tipos de armas, melhor dizendo, de "sistemas" e "estruturas" de armas.

Aos mísseis "inteligentes" (comandados por lasers) capazes de golpes "certeiros" de grande alcance, aos satélites

capazes de detectar alvos com uma resolução de 2 metros, aos sistemas electrónicos de informação e comunicação cada vez mais elaborados, aos extraordinários meios de digitalização e de simulação do campo de batalha, acrescentam-se as armas não letais — isto é, destinadas a paralisar os equipamentos e os homens mas sem os matar.

A guerra do futuro tenderá essencialmente a afastar o homem do campo de batalha.

Os primeiros "soldados da informação" são actualmente formados na Universidade de defesa nacional em Washington.

O conceito de "zero mortos!"

É a impressionante rapidez com que aumenta a capacidade de reunir, tratar, classificar e canalizar a informação para objectivos cada vez mais numerosos e para um raio geográfico cada vez maior, e a velocidades dificilmente imagináveis, que determina esta revolução militar.

O conceito central da revolução dos assuntos militares — a guerra da informação — expande-se em todos os ângulos. É a guerra pela obtenção, análise e difusão da informação. Mas ela é, sobretudo, uma guerra electrónica, ofensiva e defensiva: consiste, na verdade, em "atacar" os circuitos electrónicos do adversário, para os confundir, destruir ou alterar o conteúdo, com a ajuda de "virus", etc. (...). Os piratas informáticos são os mercenários da nova era.

A guerra da informação é também a "manobra mediática": a manipulação a programação dos *media*, em primeiro lugar a televisão. Se os responsáveis americanos de uma coisa já tomaram consciência, foi dos efeitos da CNN: é que a opinião pública americana não está disposta a ver os seus filhos morrer num teatro de operação longínquo de que eles não percebem o porquê. Donde, esta nova filosofia de guerra: "zero mortos".

Esta vontade de "vencer sem matar" manifesta-se na adopção pelo Pentágono de uma directiva sobre política de armamento não letal. As armas electrónicas são por natureza não letais e a sua utilização está agora generalizada a todos os sistemas de armas. Mas a utilização destas armas diz respeito também a outros conflitos que não propria-

mente a guerra. Nestes conflitos em que o soldado se confunde com o civil, e o motim com a insurreição, não se trata tanto de ganhar mas de se interpor, de gerir as crises e tentar sair-se delas evitando o confronto armado directo.

Cada vez mais, a intercalar-se entre o bastão do polícia e a arma do soldado se desenvolve uma verdadeira panóplia de armas não letais. Estas armas incapacitantes e paralisantes utilizam todas as possibilidades técnicas oferecidas pelos lasers, o domínio das ondas acústicas, electromagnéticas, a psicologia, e novos materiais capazes de "colar" e "gelar" as pessoas e os materiais, de modo a impedi-los de actuar.

Com o desenvolvimento destas armas não letais, as forças armadas dos Estados Unidos preparam-se para levar a cabo operações que, sob certos aspectos, serão mais de carácter policial do que verdadeiramente militar. Na doutrina americana, o inimigo externo e o inimigo interno tendem, cada vez mais, a confundir-se. Para Washington, a manutenção da ordem é cada vez mais um encadeamento: local, internacional e nacional. As forças armadas "policializam-se". Não é verdade que é um comité conjunto dos ministérios da justiça e da defesa que dirige o programa das armas não letais? Esta tendência, é preciso dizê-lo, é abertamente combatida por uma corrente minoritária do aparelho militar dos Estados Unidos e por uma maioritária nos seus homólogos franceses.

A frente de batalha, no sentido clássico, já não existe. Ela move-se, é difusa. Impõe-se o uso de unidades modulares que se deslocam no seio do próprio terreno inimigo e que têm necessidade, em tempo real, de todas as informações disponíveis para se defender e atacar. Certos investigadores põem em causa o "milenarismo tecnológico" em que se baseia a revolução dos assuntos militares. Para alguns militares não se deve enganar o público: a guerra é incompatível com a promessa de "zero mortos".

Por seu lado, oficiais europeus notam que os Estados Unidos se movem por um objectivo de domínio mundial e que a referida revolução não escapa a essa lógica. Aliás, os textos americanos não o escondem: trata-se do domínio da informação; trata-se de manter a vantagem, a supremacia.

O que não deixa, evidentemente, de colocar problemas aos aliados seus concorrentes. Os recentes conflitos internos nas forças internacionais na Bósnia, quanto à forma discriminatória da gestão do chapéu electrónico por parte dos Estados Unidos, mostraram a acuidade dessas sensibilidades. Daí a considerar, como dizem certos europeus, que para os Estados Unidos a guerra tornou-se uma guerra à distância cujos verdadeiros combatentes — a arraia miúda — seriam fornecidos pelos aliados.

Das plataformas espaciais à guerra electrónica

As armas e as munições não são mais do que uma parte de um todo complexo comunicando automaticamente e pré-programado. O objectivo é transformar as forças armadas americanas num "sistema de sistemas". Cada soldado, cada sistema de armas, cada sistema de informações, terá ao seu dispor como que uma gigantesca *internet* que porá à disposição, em tempo real, mensagens multimédia, regras de condução de sistemas de armas úteis ao utilizador, bem

LINHA VERDE

de apoio às famílias dos militares em missões fora do território nacional e em missões prolongadas com ausência do meio familiar

Durante os últimos anos as nossas FFAA têm sido chamadas a intervir em teatros de guerra em missões de paz, no âmbito da ONU, fora do território nacional. Foi no Iraque, na Bósnia, em Angola e em Moçambique, no Congo, na Guiné, e agora será no Kosovo. Todas estas missões têm sido, e serão, amplamente divulgadas pelos média, com especial ênfase para as cenas mais dramáticas e violentas. É um dado novo que foge ao nosso controle e sobre o qual não exercemos a mínima influência limitadora. Também ninguém com o mínimo de bom senso poderá negar que tais imagens provocam efeitos nefastos em quem as visiona. Por maioria de razão provocarão traumas nos familiares dos militares destacados para essas missões.

Se é certo que os militares profissionais envolvidos têm a mínima preparação para suportarem com razoável redução de prejuízos traumáticos o envolvimento em tais missões, já o mesmo não acontece com os respectivos familiares que, não só não têm qualquer preparação, como estão literalmente abandonados e desprotegidos. **Para quem não sabe é bom salientar que, de facto, não existe qualquer mecanismo de apoio psicológico, nem social, aos familiares dos militares nessa situação.**

Embora os Estados o não reconhecem, na maioria dos casos, já é conhecido o SPT (Stress Pós Traumático) que afecta tantos cidadãos participantes na guerra colonial. O Hospital Júlio de Matos tem um serviço dedicado a estes casos e há múltiplos estudos e ensaios sobre a matéria. Com a profusão de informação sobre os teatros de guerra, com a virtualização destes e da violência com somos bombardeados em todos os telejornais, com corpos esventrados, queimados e decapitados, é previsível que os familiares dos militares envolvidos em tais situações careçam de apoios para ultrapassarem não só a ausência como a insegurança. Este problema tem particular relevo nos filhos, com repercussões previsíveis no seu desenvolvimento intelectual, equilíbrio psicológico e no aproveitamento escolar.

Temos consciência de que partir do zero não é fácil e que é, provavelmente, difícil apurar em que áreas e em que medida as soluções possíveis devem incidir. É por isso que, numa fase inicial, deveria ser criada uma **LINHA VERDE de apoio às famílias dos militares em missões fora do território nacional e em missões prolongadas com ausência do meio familiar.** Esta permitiria aferir quais os problemas sus-



PROPOSTA da ANS

Que seja criada pelo MDN uma LINHA VERDE de apoio às famílias dos militares em missões fora do território nacional e em missões prolongadas com ausência do meio familiar, como forma de prevenir e resolver possíveis consequências traumáticas pelo envolvimento do militar em tais missões, nomeadamente no desenvolvimento intelectual, equilíbrio psicológico e no aproveitamento escolar dos filhos e no envolvimento social e apoio psicológico a toda a família. ●

citados por estas situações, quais as áreas a descoberto e quais as medidas a adoptar. Provavelmente diferentes em cada caso.

O país que é responsável pela ausência do militar, deve, na medida do possível, substituí-lo junto das suas famílias em tudo o que esteja ao seu alcance. E, ao seu alcance, está certamente: a visita regular de uma assistente social; um acompanhamento e um regime escolar especial para os filhos em idade escolar; rasteio e consequente apoio psicológico aos familiares de todos os escalões etários. São medidas julgadas necessárias para prevenir custos maiores e consequências imprevisíveis no futuro.

No acompanhamento e envolvimento social os clubes e as associações militares podem dar um forte apoio. Haja vontade de articular e conjugar esforços e meios.

Pela nossa parte estamos disponíveis para implementar um conjunto de medidas e actividades tendentes a minorarem este problema.

Mas para começar e como prova de interesse da assunção das responsabilidades por parte de quem as tem de facto — o Governo e a Assembleia da República —, **implemente-se a LINHA VERDE.**

Prometemos não desistir até que hajam medidas adoptadas, nomeadamente a LINHA VERDE. ●

Aumento da quota

É com alguma incomodidade que abordamos este tema uma vez que temos consciência das dificuldades financeiras por que passamos todos nós, mas a vida associativa a isso nos obriga.

As razões da necessidade da actualização das quotas são várias:

Não é actualizada desde 1995, não tendo por isso acompanhado os ritmos inflacionários levando à sua desvalorização.

A ANS, desde a sua criação, contrariando os nossos inimigos, que nos auguravam uma vida efémera, não só está viva como tem crescido, facto que nos traz responsabilidades acrescidas; para isso tivemos que modernizar os nossos serviços, afim de melhorarmos o nosso desempenho.

Estamos em véspera de assumir novos encargos financeiros que advirão da nossa candidatura a um cargo executivo da EURO MIL — a isso nos obriga o ritmo associativo e a manutenção do prestígio adquirido no seio daquela organização.

Pelo acima exposto, e poderíamos invocar muito mais razões, é nossa intenção propor na próxima Assembleia Geral um aumento de 50\$00 (2/3 de uma bica) mensais. Propomos esta quantia mas ficamos abertos à discussão deste assunto, esperando por isso a ajuda de todos os sócios na procura da melhor solução.

Um aumento é normalmente mal recebido pelas pessoas, mas temos de ter consciência que aquele é inevitável; a vida e o "caminhar para diante" a isso nos obrigam. Por isso apelamos a todos os **AMIGOS da ANS** a compreensão para este problema. ●

Atenção sócios da ANS

A administração de "O Sargento" a recebe, por vezes, devolvidos pelos Correios exemplares do jornal, sempre que fazemos a expedição para a residência dos sócios da ANS.

Na quase totalidade dos casos, tal devolução deve-se a motivos de ausência. Deste modo, apelamos aos sócios da ANS que, **sempre que mudem de residência, comuniquem a nova morada aos serviços da ANS.**

De igual modo, por ser frequente mudar de banco, ou de balcão dentro do mesmo banco, a ANS fica impossibilitada de cobrar as quotas. Por isso, também se solicita aos sócios que, **sempre que mudem de banco, preencham, assinem e enviem aos serviços da ANS a declaração bancária** que se publica na página 7 deste jornal.

Ainda a propósito de quotas lembra-se que, desde 1995, os valores da mesma são os seguintes:

**2.700\$00 se for semestral;
5.400\$00 se for anual.**

Se ainda pagas a antiga quota, solicitamos que informes o balcão do teu banco dos novos valores a transferir para a conta da ANS, ou nos envies, preenchida e assinada a declaração bancária. ●